

NOTA INFORMATIVA

PLN 21/2025

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, das Relações Exteriores, dos Transportes, da Integração e do Desenvolvimento Regional, e das Cidades, crédito especial no valor de R\$ 199.488.899,00.

Autor da Nota: Tarcisio Barroso | Consultor Legislativo –
Assessoramento em Orçamentos

Data do encaminhamento:
17 de outubro de 2025

Prazo para emendas:
ainda não definido

Página na internet:
<https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/170914>

1. RESUMO DAS DISPOSIÇÕES

O Projeto de Lei (PLN) em análise tem como objetivo abrir um crédito especial no valor de R\$ 199.488.899,00 aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, das Relações Exteriores, dos Transportes, da Integração e do Desenvolvimento Regional, e das Cidades.

O crédito especial destina-se a incluir novas categorias de programação, tais como:

- contribuição voluntária ao UNICEF e auxílio moradia a servidores no Ministério da Educação;
- atendimento a decisão judicial e implementação de programas de dissuasão ao consumo de drogas no Ministério da Justiça e Segurança Pública (via Fundo Nacional Antidrogas);
- aquisição de imóvel para embaixada no Ministério das Relações Exteriores;
- implantação de postos de pesagem e operação de trânsito em rodovias federais no Ministério dos Transportes (via DNIT);
- contratação de serviços de apoio à fiscalização do Sistema Adutor do Agreste Potiguar no Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (via CODEVASF); e
- subvenção econômica para ampliação do acesso a financiamento habitacional no Ministério das Cidades.



Para a abertura do crédito, os recursos necessários decorrem da anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II, o que está em conformidade com o previsto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há também a utilização de superávit financeiro apurado em 2024 no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública para a troca de fontes, o que está de acordo com a legislação.

Em relação aos eventuais conflitos com normas aplicáveis, a Exposição de Motivos informa que:

- o PLN está de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 200/2023, pois o ato se trata de um remanejamento de despesas primárias discricionárias, não ampliando as dotações orçamentárias sujeitas aos mencionados limites;
- o PLN não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício de 2025 (Art. 51, § 4º, da LDO-2025), visto que se refere apenas ao remanejamento de despesas primárias discricionárias, sem alteração de seu montante total para o ano.
- o PLN afeta negativamente o cumprimento da Regra de Ouro. Contudo, ressalta-se que essa diferença deverá ser adequada até o encerramento do exercício, conforme o § 1º do art. 61 da LDO-2025, e que uma modificação anterior na fonte de recursos 9444 (Portaria SOF/MPO nº 67/2025) já havia impactado positivamente a Regra em um montante considerável, de modo que a previsão de receitas e despesas condicionadas à aprovação da maioria absoluta do Congresso Nacional não fica agravada; e
- os demonstrativos de valores cancelados (reduções superiores a 20%) e do superávit financeiro utilizado na troca de fontes concomitante seguem em anexo, em atendimento ao art. 51, §§ 6º e 16 da LDO-2025.

2. ALTERAÇÃO PROMOVIDA NA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A tabela a seguir identifica as programações objeto do crédito especial/suplementar e compara os montantes acrescidos/cancelados com o valor atualmente autorizado na Lei Orçamentária Anual:

Tabela 1 – Suplementação e Origem dos Recursos

(Em R\$)

Órgão / Unidade Orçamentária Ação + Subtítulo	PLN nº 21/2025		LOA 2025	
	Acréscimo (a)	Cancelamento (b)	Autorizado (c)	% do autorizado (a - b) / c
Ministério da Educação - Administração Direta	5.000.000	5.000.000		
Contribuição voluntária ao Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF	5.000.000			
Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil		5.000.000	5.000.000	-100
Universidade Federal de Goiás	37.011	37.011		
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	37.011			
Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior		37.011	2.600.000	-1,42
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	3.500	3.500		
Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica	3.500			
Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica		3.500	400.000	-0,87
Fundo Nacional Antidrogas	81.903.964			
Publicidade de Utilidade Pública	2.500.000			
Articulação de Política Pública sobre Drogas, no âmbito da Seguridade Social	79.403.964			
Fundo de Defesa de Direitos Difusos		81.903.964		
Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos		81.903.964	447.147.163	-18,31
Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	8.000.000	8.000.000		
Aquisição de Imóvel para Instalação da Chancelaria da Embaixada do Brasil em São Tomé, São Tomé e Príncipe	8.000.000			
Relações e Negociações Bilaterais		8.000.000	15.352.005	-52,11
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT	62.044.424	62.044.424		
Implantação de Postos de Pesagem	27.044.424	27.044.424	38.454.570	0
Operações de Trânsito nas Rodovias Federais	35.000.000			
Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais		35.000.000	7.980.631.355	-0,43
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	2.500.000	2.500.000		
Construção da Adutora Agreste do Potiguar	2.500.000			
Implantação do Canal do Xingó		2.500.000	8.716.731	-28,68
Ministério das Cidades - Administração Direta	40.000.000	40.000.000		
Subvenção econômica destinada à ampliação do acesso ao financiamento habitacional	40.000.000	40.000.000	40.000.000	0
Total	199.488.899	199.488.899		

Fonte: PLN 21/2025

Na tabela abaixo, são apresentados os acréscimos/cancelamentos de forma resumida, por órgão orçamentário:

Tabela 2 – Resumo dos acréscimos e cancelamentos compensatórios do crédito por órgão orçamentário

(Em R\$)

Órgão	Acréscimo	Cancelamento
Ministério da Educação	5.040.511	5.040.511
Ministério da Educação - Administração Direta	5.000.000	5.000.000
Universidade Federal de Goiás	37.011	37.011
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	3.500	3.500
Ministério da Justiça e Segurança Pública	81.903.964	81.903.964
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	0	81.903.964
Fundo Nacional Antidrogas	81.903.964	0
Ministério das Relações Exteriores	8.000.000	8.000.000
Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	8.000.000	8.000.000
Ministério dos Transportes	62.044.424	62.044.424
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	62.044.424	62.044.424
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	2.500.000	2.500.000
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	2.500.000	2.500.000
Ministério das Cidades	40.000.000	40.000.000
Ministério das Cidades - Administração Direta	40.000.000	40.000.000
Total	199.488.899	199.488.899

Fonte: EXM nº 424/2025

3. REGRAS BÁSICAS PARA EMENDAMENTO DO CRÉDITO ESPECIAL

De acordo com os arts. 108 e 109 da Resolução nº 1/2006-CN, cada parlamentar poderá apresentar até dez emendas ao Projeto de Lei de Crédito Especial (PLN), no prazo regimental.

As emendas podem ampliar dotação no Anexo I (Anexo de Aplicação) ou reduzir cancelamento no Anexo II (Anexo de Cancelamento) do PLN. Para tanto, sob pena de serem inadmitidas, as emendas devem observar determinadas condições.

Quando tiverem a finalidade de ampliar dotação no Anexo I, as emendas, cumulativamente:



1. devem acrescentar programação constante do Anexo I do PLN ou incluir no referido anexo programação que não conste originalmente da Lei Orçamentária Anual (LOA)¹;
2. não podem aumentar o valor original do PLN, devendo propor obrigatoriamente cancelamento compensatório de dotações que:
 - 2.1. constem do projeto como aplicação, isto é, o cancelamento deve ser feito em programação constante do Anexo I (não é possível a compensação com programação constante apenas do Anexo II);
 - 2.2. não sejam destinadas a despesas com pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para os entes federados, bem como àquelas que devam ser realizadas com recursos oriundos de operações de crédito internas ou externas e das respectivas contrapartidas;
3. devem contemplar exclusivamente unidades orçamentárias constantes do projeto de lei, não sendo permitido, portanto, acrescentar programações em unidades orçamentárias estranhas ao projeto, ainda que a programação não figure originalmente na LOA.

Quando reduzirem cancelamentos propostos no Anexo II, as emendas devem indicar também as programações constantes do Anexo I a serem canceladas como compensação.

Brasília, 17 de outubro de 2025.

¹ Considera-se programação já existente na LOA aquela cuja classificação institucional (órgão e unidade orçamentária), funcional (função e subfunção) e programática (programa, ação e subtítulo) figure na lei orçamentária aprovada originalmente.